# Velharis de leutro IV fré Afredo

I

É história? É lenda? Não sei!

Mesmo que seja lenda, não resisto à tentação de transcrever a nota que António Augusto Rodrigues da Cunha inseriu a pág. 254 da «Sintra Pinturesca», edição de 1905:

Diz a tradição que nos tempos do dominio arabe, morou no alto da Penha, ou seja nas proximidades do sitio hoje denominado Monserrate, um «mosarabe» ou fidalgo christão, que tinha grande predominio sobre todas as famílias christãs que então habitavam a serra.

Esse fidalgo andava de rixa velha com o alcaide do Castello de Cintra, resultando d'essa discordia este vir desafiá-lo para duello, cujo resultado foi o ficar sem vida, no campo, o fidalgo que foi logo considerado por todos como martyr, erigindo-se-lhe um tumulo e depois uma capellinha para oração.

Essa pequena ermida desfez-se em ruinas.

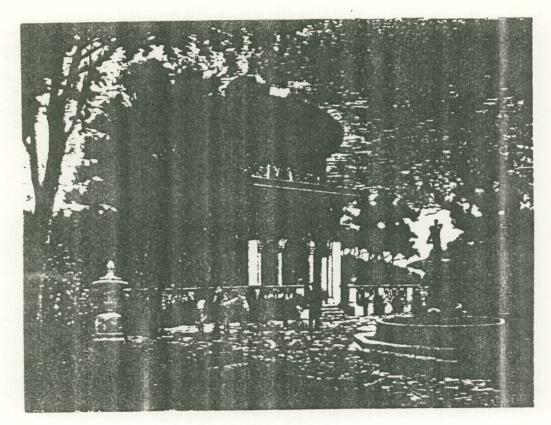
Onde foi buscar António Cunha elementos para esta nota? Não o diz.

Agora principia a história.

No século XVI um sacerdote chamado Gaspar Preto, natural de Segura, sede de freguesia do concelho de Idanha-a-Nova, foi em romagem à Abadia de Monserrate, que se situa perto de Barcelona e onde é venerada a Santa com essa designação. Tal romagem sugeriu a Gaspar Preto a edificação de uma capela em substituição da que ruíra, consagrada à Senhora de Monserrate, certamente muito da sua devoção e, assim, procedeu à sua construção em 1540, no local que, parece, já tinha esse nome. A imagem da Santa, em alabastro, foi feita em Roma por encomenda do mesmo clérigo. Esta imagem desapareceu.

Segundo um artigo inserto num exemplar do jornal «O Século» de 1898, dessa capela não houve mais notícias durante um longo período de 245 anos.

Vê-se em «Portugal» de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues que, no século XVI, em que foi construída a capela por Gaspar Preto, pertenciam aqueles terrenos, e outros que lhe ficavam contíguos, ao Hospital de Todos os Santos, de Lisboa; e, segundo parece, no século seguinte, o mesmo hospital aforou as propriedades a alguém da família Melo e Castro, pois nos princípios do século XVIII, era seu proprietário D. Caetano de Melo e Castro, casado com D. Mariana Faro, filha dos 2.º Condes da Ilha do Príncipe.



Palàcio de Monserrate (Obra de Cook)

Este D. Caetano foi o 36.º vice-rei da Índia e era filho de outro vice-rei, o 29.º, D. António de Melo e Castro que viveu em Colares os seus últimos anos e foi sepúltado, tal como o filho, no Convento do Carmo, situado na mesma região. É o que consta de «Monumentos e Edificios Notáveis do Distrito de Lisboa», vol. II, sendo de notar que não consta qualquer referência ao facto em «Inscrições Lapidares Portuguesas do Concelho de Sintra», de Cordeiro de Sousa.(1)

<sup>(1)</sup> Já depois de elaborado o presente trabalho, lemos numa obra intitulada Memórias Históricas Da Ordem de Nossa Senhora do Carmo ... (o exemplar de que nos servimos não tem já frontespicio, pelo que desconhecemos o autor da obra e o ano exacto em que foi editada; contudo, remonta decerto a meados do séc. xvIII), pág. 220, o seguinte: «Esta Capella [capela mor do Convento do Carmo da «Villa de Colares»] tem seu Carneiro, nella foy sepultado no fim do anno de 1689, Antonio de Mello de Castro, Governador que foy do Estado da India, e seu filho Caetano de Mello de Castro, Governador de Pernambuco, e Vice-Rey da India em 7 do mez de Abril de 1718. O doutor Diniz de Mello de Castro, que depois foy Bispo de Leiria, Viseu, e Guarda, e Regedor deste Reyno, comprou esta Capella, para sepultura de Braz Correa, e de seus herdeiros, o que consta do contrato celebrado entre elle, e o Padre Fr. Antonio Bautista, Prior deste Convento, em seu nome, e como Procurador, que mostrou ser da Communidade, e o dito contrato se fez no nosso Convento de Lisboa, na cella do Padre Provincial Mestre Fr. Braz tabalião Simão Antunes, aos 23 do mez de Agosto de 1612, e as copias foram concertadas com o Tabalião Bartholomeu Bernardes».

Pai e filho deixaram gravados na História feitos gloriosos.

Sabe-se que a propriedade de Monserrate e outras que lhe ficavam ligadas passaram a fazer parte de um vínculo (conjunto de bens inalienáveis que se transmitiam indivisivelmente) instituído por D. Caetano em 1718, ano em que, a 6 de Abril, na Índia, deixou este mundo.

O seu sucessor, D. António de Melo e Castro, morreu vitimado pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755. Este não deixou filhos e a propriedade trans-

mitiu-se para o seu irmão D. Francisco de Melo e Castro.

Anos depois, a quinta sofreu grandes melhoramentos e nela foram construídas umas casas para residência dos proprietários durante o Verão. Devem ser umas edificações de que falaremos lá mais para diante.

Por morte deste D. Francisco a propriedade passou para sua filha (ou neta) D. Francisca Xavier Mariana de Faro de Melo e Castro que, parece, já era viúva de D. Lopo José de Almeida Pimentel, a qual residia em Goa.

E a história, daqui para diante, é um pouco confusa em alguns pontos que, neste momento, não me parecem de fácil esclarecimento. Vamos a ver se, com o seu desenrolar, será possível chegar a alguma conclusão que satisfaça.

O mais que posso prometer é que farei o possível para tal.

Em 4 de Janeiro de 1790, a referida D. Francisca Xavier alugou a propriedade, por 400 000 rs. anuais, a um inglês de origem francesa chamado Gerard De Visme, como se vê de vários escritos.

Tenho na minha colecção um exemplar do seu «ex-libris» cuja composição é constituída pelo brasão do seu possuidor sobre uma fita com a legenda «Virtude duce comite fortuna», o que quer dizer: «A virtude é que me conduz e a fortuna me acompanha», e, por baixo, «G. De Visme». É uma belissima gravura em cobre, sem indicação de gravador.

De Visme nasceu em 1726 e veio para Portugal com 20 anos de idade, ou

seja em 1746.

Cabe agora dizer que, para este trabalho, contei com a contribuição valiosa da Ex. . Sr. D. Aida Kingsbury, proprietária da Quinta da Fonte dos Cedros, a par da Penha Verde, a qual viveu em Monserrate e sobre a propriedade recolheu grande cópia de apontamentos. A tão ilustre e simpática senhora aqui deixo patenteados os meus sinceros agradecimentos.

Também me está a ser muito útil um pequeno livrinho ou folheto, «O "Ex-Libris" de Gerard De Visme», publicado em 1922 pelo coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, homem de grande cultura, que nasceu em Lisboa a 13 de Dezembro de 1882 e faleceu há mais de trinta anos. Passava o Verão em Sintra, terra pela qual era um verdadeiro apaixonado. Lembro-me dele muito bem.

Reatemos: J. Eusébio dos Santos, no seu trabalho «Guia de Cintra, Colares e Arredores» — e aqui temos já uma contradição — diz que o arrendamento de

Monserrate a Gerard De Visme foi feito no ano de 1770.

Ora, isto não pode ser, de maneira nenhuma. Houve, certamente, um lapso do autor do trabalho, que aliás, é muito interessante.

Mas no melhor pano cai a nódoa. É desculpável. E quantos lapsos comete-

rei eu? Não por falta de cuidado.

No já referido exemplar de «O Século» de 1898 diz-se que, em fins de 1785, Gerard De Vime prometeu à então princesa Carlota Joaquina — e outros escritos referem o facto — que deixaria em Portugal uma eterna lembrança da sua estada nestes reinos.

Ora, se o arrendamento tivesse sido feito em 1770, só quinze anos depois, 1785, ano em que casou Carlota Joaquina apenas com 10 anos, com o futuro

D. João VI, é que De Visme faria tal promessa? Não é de aceitar. E ainda se deve tomar em consideração — o que o mesmo periódico refere — que, após a promessa, começou o promitente a percorrer o País em busca de local «bonito e poético», para aquilo que pretendia fazer, optando pelo sítio de Monserrate.

Refere, ainda, Ferreira Lima, que se documentou em escritos de D. Luís de Castro, que ainda conheci e foi proprietário da Casa dos Limoeiros, que existiu em frente do chafariz da Câmara, demolida em 1960 para alargamento da Volta do Duche, que um trecho da escritura de arrendamento diz o seguinte: «... dando-se este predio de renda ao sobredito Gerardo De visme, que sendo um dos mais solidos Negociantes d'esta Praça caracterizado de conhecida probidade e de hum génio particular para a Agricultura; pretendia não só arrendar a dita quinta largo tempo por ser aquelle sitio o mais remoto, o mais similhante aos ares da sua Patria, e por isso o mais conveniente para a sua saúde e para descansar das fadigas do seu commercio, mas também pretendia restabelecer a mesma quinta augmentando Seus Pomares, e dando-lhe o benefício de que carecião, reedificando a seu arbitrio as casas da mesma quinta, as quaes pelo estrago do terramoto do primeiro de Novembro de mil e settecentos e cincoenta e cinco, padecerão ruina tal que as tem feito innabitaveis e ultimamente fazendo as mais officinas de que precisa uma habitação decente.»

Talvez não seja desacertado abrir agora um pequeno parêntesis para dizer que Gerard De Visme, segundo alguns escritores referem, veio para Portugal, como já ficou dito, em 1746, com vinte anos de idade e constituiu uma firma, «Purry, Melish e De Vimes», cujo negócio era o pau-brasil, do qual lhe adveio uma fortuna monstruosa, que se somou à que já tinha. Eoi amigo do Marquês de Pombal e, segundo alguns escritores, veio para o nosso Pais fugido a perseguições de que estavam sendo vítimas os huguenotes, ou seja, protestantes, o que era designação pejorativa pela qual os designavam os católicos e, tal designação, equivalia à de puritanos na Inglaterra. Isto deu muitos sarilhos e, a dar crédito ao que diz a imprensa contemporânea, a coisa continua agitada.

Deixemos católicos e huguenotes em descanso e vamos lá continuar a nossa

Diz o artigo de «O Século», já várias vezes citado, que o aluguer tinha sido feito pelo prazo de vinte anos. Ferreira Lima corrige para 9 anos. Outra contradição. Mas Ferreira Lima faz a sua afirmação alicerçado na documentação que lhe foi facultada por D. Luís de Castro, falecido em 23 de Agosto de 1928, em poder de quem, como último representante daquele ramo dos Castros, estava a documentação referente ao vínculo instituído por D. Caetano de Melo e Castro. Assim, parece que a indicação do tal prazo é de aceitar sem qualquer relutância.

Também parece assente que Gerard De Visme gozou por pouco tempo, entre quatro e cinco anos, as belezas de Monserrate, pois, por doença ou por qualquer outra razão, abandonou Portugal em 1794, tendo morrido em Inglaterra em 1798.

Se arrendou a propriedade em 1790 e a deixou em 1794, cá temos o período de 4 a 5 anos em que usufruiu a Quinta de Monserrate.

E, a confirmar como data da feitura do contrato de arrendamento o ano de 1790, temos o que diz Raul Proença no seu «Guia de Portugal», vol. I, pág. 529: A quinta que fazia parte de um vínculo instituído pelo vice-rei da Índia, D. Caetano de Melo e Castro, foi alugada por uma senhora que dele descendia, em 1790, ao rico inglês Gerard Devisme por 400 000 rs. anuais.

Mas, agora, é que surge o cabo dos trabalhos: aceitando o ano de 1790, vai

aparecer outro problema e nada pequeno.

O «Archivo Pitoresco» (1864), vol. VII, pág. 245, diz que o arquitecto que projectou o palácio (não o actual) foi Inácio de Oliveira Bernardes, que nasceu em 1 de Fevereiro de 1695 e morreu em 18 de Janeiro de 1781. Homem de grande valor, foi mandado a Roma por D. João V, onde foi aluno dos mestres Benedetto Lutti e Paolo Mathei.

Outros escritos também atribuem a Bernardes a autoria do projecto.

E aqui temos o segundo problema: se De Visme alugou Monserrate em 1790, como é que Inácio de Oliveira Bernardes poderia ter projectado a construção, se já tinha morrido nove anos atrás?

Vamos lá ver se é possível arranjar uma explicação plausível.

Sabe-se que o referido arquitecto foi o autor do projecto de outra construção feita por De Visme (que veio para Portugal em 1746, e não é demais repetir), em S. Domingos de Benfica, o que é referido no 3.º volume do «Dicionário da Pintura Universal», que não diz que tenha sido de sua autoria o de Monserrate.

Entre esta construção de S. Domingos de Benfica, sem dúvida projectada por Bernardes, e a de Monserrate, existiam muitas afinidades arquitectónicas.

Teria o dito arquitecto feito o projecto em data anterior, por encomenda de De Visme, que já ocuparia a propriedade desde alguns anos antes da data por arrendamento verbal? É possível, dado que, naqueles tempos distantes, os contactos com a proprietária seriam muito morosos, pois, como já disse, a mesma residia em Goa.

Segundo averiguou D. Aida Kingsbury — que possui documentação preciosa, produto das suas aturadas investigações —, existe um facto muito curioso que merece a pena ser relatado e que é muito de considerar para a solução deste intrincado problema.

Aqui têm, meus amigos, o que averiguou a minha amável colaboradora

D. Aida Kingsbury:

Um compatriota de De Visme, William Hickie, diz nas suas memórias que, em Maio de 1782, o Gerard tinha testemunhado o casamento de dois ingleses, George Johnstone e Charlote Dee. Pouco depois do seu matrimónio a noiva adoeceu e, quando melhorou, De Visme ofereceu ao dito casal, para convalescença da doente, a casa de campo que aqui possuía. É evidente que se trata de Monserrate, pois não consta que Visme possuísse em Sintra outra propriedade.

Certamente, o rico inglês não iria alojar um casal de noivos, amigos concerteza, visto que testemunhou o seu casamento, nas casas que, noutro local da quinta, existiam desde tempos mais remotos pois, do que ainda hoje se pode avaliar, eram modestas; foram muito mais tarde aproveitadas para cocheiras e, possivelmente ainda, arruinadas pelo terramoto de 1755, como se vê no trecho da es-

critura que ficou transcrito no segundo artigo.

Assim, o palácio já estaria construído em 1782, quando os noivos para ali

foram convidados por Gerard De Visme.

E porque o palácio foi construído no local onde, no século XVI, tinha sido construída a capela da Sr. de Monserrate, por iniciativa do padre Gaspar Preto e, para respeitar, tanto quanto possível, a cronologia, direi alguma coisa a seu respeito.

Não admite D. Aida Kingsbury que De Visme tenha demolido a capela para, no mesmo sítio, erguer o seu palácio. A esta opinião dou o meu acordo absoluto, pois tem toda a lógica. Sendo o rico inglês pessoa bem formada, o que a mesma senhora averiguou em trabalhos de biógrafos de Gerard De Visme, não é de aceitar que este, embora huguenote, tomasse uma atitude que chocaria os crentes do País que tinha escolhido para viver, pelo menos, durante alguns anos.

Embora o jornal «O Século» de 1897, já várias vezes citado, diga que para a construção do edifício fora necessário demolir a capela, é verosímil que aquilo que se deitou abaixo fosse um resto de paredes por o pequeno templo ter ruído com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, que, como já disse, tornou impróprias para serem habitadas as casas que já existiam na propriedade.

E assim, Gerard De Visme já não teria motivos para quaisquer escrúpulos em demolir o que restava.

A capela, na realidade, foi novamente edificada, não sei se respeitando a traça primitiva, num morro fronteiro àquele em que primeiramente se localizou.

Lá está, completamente em ruínas, ainda com a sua porta ogival, com falta das duas ombreiras, que teriam sido colunas encimadas por capitéis que ainda se conservam no seu lugar. De cada lado uma janela também em ogiva, com vestígios de trabalhos posteriores.

A vegetação, entre a qual trepadeiras com sarmentos de diâmetro apreciável, envolvendo todas as ruínas em abraços formidáveis, entrando e saindo por portas e janelas, trepando pelas paredes e enroscando-se nas árvores que cresceram no interior do abandonado templo, oferece um espectáculo curioso, lembrando aqueles templos envolvidos por flora exuberante e que apareciam em filmes cujo tema se passava na Índia misteriosa. Há muitos anos que não aparecem tais filmes.

Dentro das ruínas de que tenho vindo a fazer uma descrição despretensiosa existe, ainda, um pequeno lago cuja água, por acção da vegetação aquática, está permanentemente colorida de verde.

Este triste aspecto das ruínas da capela já nos é referido por António Cunha em nota aposta na «Cintra Pinturesca», que anotou. No fundo, no local que corresponderia à abside, temos um túmulo etrusco sobreposto em todo o seu comprimento por uma figura de mulher, em decúbito lateral, com o tronco levemente erguido e apoiada no braço esquerdo, segurando com a mão direita um prato ou taça.

Este túmulo, de cor amarelada e sujo pelas injúrias do tempo, sobressai do verde que o rodeia e mais acentua o ar de mistério que envolve as ruínas da velha capela.

Consta que este túmulo e mais dois que existem na quinta vieram de Roma e custaram ao 1.º Visconde de Monserrate — de quem iremos falar na devida oportunidade — uma quantia fabulosa.

Nas ruínas de que estamos a tratar, ainda se identificam, a nascente e poente, portas ogivais e outras cujo estilo não se pode determinar por virtude dos estragos que os anos, sempre impiedosos, lhes causaram.

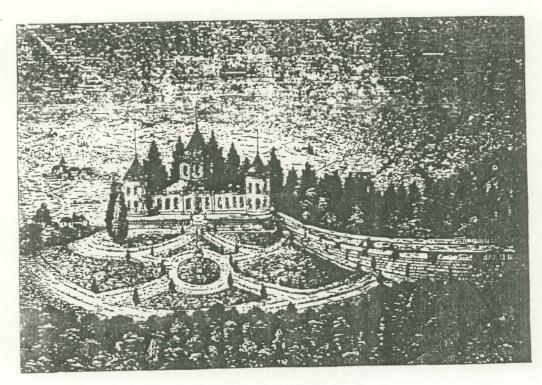
É tempo de falar do palácio construído por Gerard De Visme, depois de dificultosas e demoradas diligências para conseguir que lhe fosse arrendada a propriedade de Monserrate. Era em estilo gótico, espécie de castelo medieval, com uma torre de cada lado.

E, aqui, surge uma outra dúvida, que não consigo esclarecer:

Num desenho, não assinado, de 1808, publicado no «Archivo Pitoresco» em 1864, vê-se, recuada em relação ao corpo central do edificio, uma terceira torre que parece ser hexagonal.

Não me custa admitir que este desenho está muito fantasiado, pois na data em que foi feito, 1808, já o palácio estava muito arruinado.

Uma outra gravura de Manuel Luís, feita sob desenho de Celestine Brelaz, que fez vários trabalhos com motivos de Sintra em 1840, não refere esta torre, mas sim um primeiro andar na perpendicular do mesmo corpo central, ao meio, mas mais estreito.



Palácio do tempo de De Visme

Entre a data da primeira gravura, 1808, e a obra de Gerard De Visme, recuando no tempo, não há notícias de quaisquer modificações no palácio. E o mesmo sucede em relação ao lapso de tempo que decorre entre o referido ano de 1808 e a publicação da gravura.

As duas gravuras que referi existem na nossa Biblioteca Municipal. Estão às

ordens de quem as queira ver.

Prossigamos: numa das torres laterais ficavam os quartos, tendo por debaixo a casa de jantar; na outra um amplo salão de música.

Embora contestada por vários investigadores a estadia de William Beckford em Monserrate, parece não existirem dúvidas de que ele sucedeu na habitação

da propriedade a Gerard De Visme, a partir de 1794.

Raul Proença, que foi um investigador consciencioso, diz no seu «Guia de Portugal», vol. I, pág. 9 — e outros o confirmam —, que Beckford veio a Portugal três vezes. A primeira em Abril de 1787, demorando-se oito meses, indo habitar a Quinta do Ramalhão, que lhe foi cedida pela família Arriaga, tendo mobilado sumptuosamente a casa. Saíu, com destino a Madrid, em 3 de Dezembro; nessa primeira estadia quis tomar de arrendamento, ou comprar, a propriedade de Monserrate, não o tendo conseguido, apesar dos esforços que empregou; tornou a Portugal em fins de 1793, instalando-se na Quinta de S. José de

Ribamar, em Algés, donde saiu em 3 de Junho de 1794, para fazer uma excursão à Batalha e Alcobaça, passando, a seguir, a morar em Monserrate; voltou, ainda, pela terceira vez, ao nosso País, em Outubro de 1798, e aqui ficou até Julho do ano seguinte. É o que nos diz Raul Proença.



O subarrendamento feito por Gerard de Visme a William Beckford deve ter sido, portanto, aquando da sua segunda visita a Portugal em 1794, ano em que De Visme retirou para Inglaterra, cedendo, assim, ao seu compatriota, os quatro anos que lhe faltavam para usufruir a propriedade.

Não vou aqui referir a argumentação daqueles que contestam a estadia de Beckford em Monserrate porque, salvo melhor opinião, tudo cairia pela base.

É de admitir que sendo William Beckford um homem de vasta cultura, poeta, grande apaixonado pela arte e devotado amante das belezas da Natureza, já conhecesse Monserrate desde a sua primeira viagem a Portugal.

A tradição de que este ricaço inglês estivera em Monserrate já remonta aos

princípios do século XIX.

O grande poeta Lord Byron, que esteve em Portugal em 1809, referindo-se a Monserrate, escreveu no seu «Child Harolds Pilgrimage»: aqui tu também Vathek / o mais rico filho da Inglaterra / um dia fizeste o teu paraizo. / Aqui habitaste, aqui teceste / teus planos de ventura / nas faldas desta montanha /sempre de verdura vestida.

Vathek é o herói de um pequeno conto oriental publicado por Beckford em 1786. É um livrinho pequeno, inicialmente escrito em francês, mais tarde traduzido para inglês pelo rev. Samuel Henly, o qual teve várias edições nas duas línguas. Diz-se que Byron chegou a andar com um exemplar no bolso, chamando--lhe a sua bíblia.

O «Novo Guia do Viajante», edição de 1872, a pág. 190, diz:

Aqui, em um pequeno monte despegado que se avança como atalaya do resto das ondulações da serra estão as ruínas de uma casa de campo, imitando um castelo antigo.

Foi edificada esta casa por um inglês chamado Beckford, ainda há poucos anos.

Mais uma confirmação de que William Beckford ali esteve, embora as últimas palavras não correspondam à verdade, pois em relação à data da publicação do livro, já tinham decorrido cerca de 75 anos.

Não há dúvida de que ele fez algumas modificações no edifício pois, quando o viu pela primeira vez, mostrou francamente o seu desagrado pela arquitectura, que classificou de «gótico bárbaro».

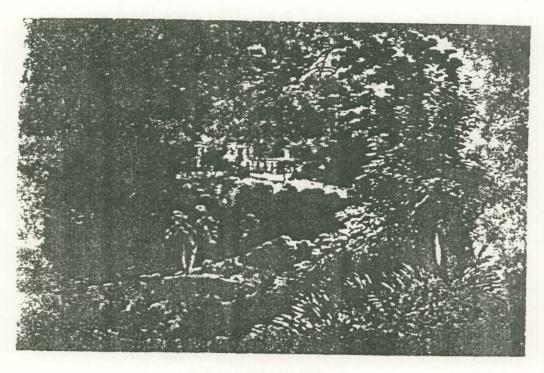
Nas obras da casa e no aformoseamento dos jardins, diz-se, gastou quantias fabulosas.

Uma das razões que levou D. Luís de Castro a afirmar que o rico inglês nunca teria estado em Monserrate reside no facto de a assinatura que se vê na escritura de arrendamento, ou subarrendamento, é Beckford Luiz de Boy. Mas, D. Aida Kingsbury — e foi ela quem me disse — encontrou vários documentos assinados por Beckford com a dita assinatura.

Porquê? Não há qualquer explicação.

William Beckford também não gozou por muito tempo os encantos de Monserrate, onde gastou rios de dinheiro. Tendo alugado a propriedade em 1794, retirou em princípios de 1796, regressando para nova estadia em Outubro de 1798; retirou em Julho de 1799 para não mais voltar por, segundo o «Guia de Cintra, Colares e Arredores» de J. Eusébio dos Santos, lhe ter sido negada a mão de uma filha natural do 5.º Marquês de Marialva, D. Diogo Vito, que foi dono de Seteais e que, em 1802, fez construir o arco triunfal que une os dois corpos do histórico palácio.

Com a retirada de Beckford, começou toda a propriedade a entrar em franca decadência.



O Palácio no tempo de Beckford

Não é de admitir que Lord Byron, embora conhecendo Monserrate, ali tivesse vivido, como se vê em alguns escritos, nem ali escreveu as estrofes do seu célebre poema «Child Harolds Pilgrimage», referentes a Sintra, pois nessa data já o palácio não estaria em condições de ser habitado.

Consta que algum tempo depois da retirada de Beckford um seu amigo íntimo — Cyrus Redding — lhe perguntou se era verdade o belo edificio de Monserrate estar em ruínas, tendo Beckford respondido: — deve ser verdade, pois to-

dos os amigos que tinha em Lisboa já morreram.

No I volume de «Universo Pitoresco», pág. 97 (1839-1840), pode ler-se: Pouco mais longe, eis Monserrate, elegante habitação acastelada, construída sobre um outeiro, que faz parte da serra, no centro de uma floresta e com um ponto de vista admirável. Não foi a mão devastadora do tempo que lhe abriu as primeiras fendas, mas sim o vandalismo que arrebatando-lhe seus telhados de chumbo, a deixou exposta às injúrias das estações. Hoje existem apenas as paredes já danificadas; os pórticos e gradarias de ferro, que a rodeavam, estão feitos pedaços, e os mesmos cedros, que a assombreavam, seccos ou mutilados, teem soffrido igual desgraça.

Num desenho feito pelo poeta inglês Lord Tennyson, que nasceu em 1809, vê-se o palácio com a mesma arquitectura da gravura de Celestine Brelaz (1840), mas já com falta das coberturas, que eram cónicas, das torres laterais.

Foi neste estado de chocante ruína que Francis Cook, futuro 1.º Visconde de Monserrate, comendador da Ordem de nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, 1.º baronete no Reino Unido e membro da Sociedade de Antiquários de Londres, comprou a bela quinta e seu palácio. Francis Cook nasceu a 23 de Janeiro de 1817. O título de visconde foi-lhe dado pelo rei D. Luís I por decreto de 7 de Junho de 1870 em duas vidas e a verificação da segunda vida, em seu filho Frederico Lucas Cook, foi efectivada por decreto de 17 de Janeiro de 1901, já no tempo de D. Carlos I. O terceiro viscondado, embora reconhecido em Inglaterra como título de cortezia, não foi renovado em Portugal pelo advento da República.

Francis Cook, tal como os dois ingleses que o antecederam em Monserrate, era fabulosamente rico. Assim, o estado-de ruína em que tudo se encontrava

não constituiu para ele qualquer problema. O dinheiro, o maldito dinheiro, ainda é o grande meio para resolver os mais difíceis.

Segundo a «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», vol. XVII, pág. 676, Cook, embora desejasse comprar a propriedade, também não conseguiu mais do que os seus antecessores, pois apenas lha confiaram por arrendamento em 1856 e só anos depois, em 1863, viu realizados os seus desejos, comprando Monserrate ao seu último possuidor, Luís Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu.

Num pequeno livrinho editado em 1923, escrito por Walter Oates, que foi jardineiro em Monserrate já no tempo do neto do 1.º visconde, Herbert Cook, diz-se na introdução por este escrita que a compra foi feita no ano de 1856, que a «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» indica como ano em que se efectuou apenas um arrendamento.

Não é possível esclarecer a data da compra, pois ignora-se em que notário foi feita a escritura respectiva e o primeiro registo feito na Conservatória do Registo Predial, como iremos ver, foi feito no tempo de Herbert Frederick Cook.



FRANCIS COOK
Visconde de Monserrate

#### VIII

Francis Cook foi homem de grande cultura e um verdadeiro apaixonado pela arte. Logo que entrou na posse, por arrendamento ou compra, da famosa propriedade, mandou vir de Inglaterra um arquitecto chamado James Knowles e um jardineiro chamado Burt.

Do talento destes dois grandes artistas surgiram aqueles maravilhosos palácio e jardins que, naquele tempo e durante muitos anos ainda, se podiam classi-

ficar de sonho.

Hoje, na posse-do Estado...

Mas vamos para diante.

O arquitecto escolhido por Francis Cook era, evidentemente, artista de grande categoria e deve ter aproveitado alguma coisa das ruínas que lá existiam, pois há muita semelhança, na configuração geral, com as duas construções que antecederam o actual palácio de Monserrate, pelo menos em planta — a de De Visme e a de Beckford. E, assim, foi Sintra dotada com aquela maravilha, exótica é certo, de sabor oriental, mas que se harmoniza em absoluto com o ambiente que a rodeia e que, ainda hoje, apesar do estado de degradação em que de ano para ano tem vindo a cair, consegue, embora com a sua beleza maculada, extasiar o turista que ali vai.

Aqueles que visitam Monserrate pela primeira vez, mesmo constatando um grande estado de abandono, não sentem o choque que nós sentimos quando ali vamos, porque tendo conhecido o explendor da famosa propriedade desde o nosso tempo de menino e vendo o que por lá vai o choque que sofremos é mui-

to maior. Dá vontade de chorar!

Eu bem quero fugir a estas notas tão tristes, mas não é possível.

Enfim: falemos do passado de Monserrate, já que o presente é tão desgra-

O visconde Francis Cook, homem de grande sensibilidade artística como já referi, adquiriu valiosas peças de arte, transformando o seu palácio num riquíssimo museu.

Vi uma vez, ainda era um garoto, todo o interior do palácio e recordo-me, vagamente, de que o seu recheio era qualquer coisa de deslumbrante. Pouco ou nada a minha memória retém. Fui lá com uma pessoa cujo nome se evaporou com o tempo e que conhecia o caseiro ou feitor.

No já citado livro «Guia de Sintra, Colares e Arredores», de J. Eusébio dos Santos, são descritas algumas das valiosas peças que decoravam o famoso palácio, tais como uma estátua equestre em barro, modelo da que existe em Roma representando o imperador Marco Aurélio, que viveu no segundo século da nossa era; não faltavam belos tapetes da Pérsia e da Índia, bem como maravilhosas jarras do japão e, ainda, lindos serviços de loiça de Saxe e de Sévres.

Num quarto, que ficou conhecido por «de Santo António», existiu também uma cadeira de espaldar construída em tartaruga, ébano e marfim, a qual tinha

pertencido a um Doge de Veneza.

O dito quarto passou a ser conhecido pelo nome do taumaturgo português, cujo nome de baptismo foi Fernando de Bulhões, natural da freguesia da Sé de Lisboa, onde nasceu em 15 de Agosto de 1195, por lá ter existido uma imagem do Santo feita em Roma, por encomenda de Beckford, pelo escultor Rossi.

Tudo foi vendido em leilão cerca de 1949.

Um museu que se dispersou.

D. Aida Kingsbury ainda conheceu a referida imagem, da qual possui uma boa fotografia e informou-me que, presentemente, se encontra no Colégio de S. João de Brito, no Lumiar.

Vou contar-vos agora a história da imagem do taumaturgo Santo António,

a que me referi no último artigo. É muito curiosa.

Um dia estava o Visconde de Monserrate, Francisco Cook, muito descansado da vida na sua linda propriedade, a ler o «Times», depois do almoço. A certa altura, com grande surpresa, viu na quarta página do jornal um anúncio dizendo que num bric-a-brac da cidade de Londres estava à venda uma estátua que parecia representar um cardeal com um menino ao colo. Não era desconhecido do Visconde o culto que os crentes portugueses tinham por Santo António, que era sempre figurado em pinturas e esculturas com um menino ao colo. E logo admitiu que se tratava de uma imagem do santo português.

Naquela mesma tarde partiu de Santa Apolónia para Madrid, Paris, Calais, Dover e, alguns dias depois, estava em Londres. Foi ao tal antiquário e viu que se tratava de um belo Santo António em alabastro e, com grande surpresa, constatou que na base estava a inscrição seguinte: «Esta estátua de Santo António foi mandada fazer por W. Beckford, proprietário da Quinta de Monserrate em Cintra, e executada em Roma, por Rossi, em 1794». Comprou-a e trouxe-a para Monserrate, estando hoje, como já disse, no Colégio de S. João de Brito,

em Lisboa.

J. Eusébio dos Santos confirma que o escultor foi Rossi, mas Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, no seu «Portugal», referem Baldini. Mrs. Kingsbury, que viveu em Monserrate, disse-me que sempre ouviu dizer, e não tem quaisquer

dúvidas, de que o escultor foi Rossi.

O professor do Colégio de S. João de Brito, rev.º José Carlos Monteiro Pacheco, a quem escrevi pedindo a confirmação do facto de a imagem ali se encontrar, respondeu-me, em carta muito amável, que ela está, efectivamente, na capela do colégio, mas que já não se divisa no pedestal qualquer inscrição. Informou, ainda, que a imagem tinha sido oferecida àquele estabelecimento de ensino por Mário Ferreira da Conceição Silva, pai de um dos alunos.

A bela propriedade, embora comprada por Francis Cook em 1856 ou 1863, só veio a ser registada na Conservatória do Registo Predial pelo neto, Herbert Frederick Cook, que a herdou de seu pai, Frederico Lucas Cook, falecido em

1920.



Imagem de S.10 António, que existiu em Monserrate

O Herbert deixou testamento datado de 30 de Maio de 1932, pelo qual tudo passou para a posse do seu filho Francis Ferdinand Maurice Cook.

Por escritura de 30 de Junho de 1947, lavrada no notário de Lisboa dr. Mário Rodrigues, o dito Francisco Ferdinand vendeu a propriedade a Saul Saragga, de Lisboa, por 6500 contos.

Entretanto, a firma de leilões Nascimento, da capital, a pedido de Mr. Kingsbury, a quem Monserrate estava confiado, tinha feito uma avaliação de todo o recheio do palácio. Por esse valor, cerca de 3000 contos, Saragga vendeu o

valioso recheio à firma que o tinha avaliado, a qual, por sua vez, o vendeu em leilão. Foi nesse leilão, certamente, que Conceição e Silva adquiriu a falada imagem de Santo António.

Com o produto dessa venda é que o Saragga ultimou o pagamento da compra que fizera.

Decorrido menos de um ano sobre a data da aquisição por Saul Saragga, passou Monserrate para a posse do Estado, por venda que este lhe fez com o lucro de 2500 contos, por escritura de 25 de Maio de 1949, lavrada pelo notário da capital dr. Facco Viana.

Cabe aqui dizer que, em 1928, tempo ainda de Herbert Cook, Monserrate já estava à venda, tendo a Câmara de então convocado as forças vivas do concelho e, após algumas diligências, foi conseguido o apoio da Junta Geral do Distrito (acta de 29-XI-1928) para o Estado comprar a propriedade. A Câmara, apesar da sua boa-vontade, nada mais conseguiu do que a promessa de Herbert Cook tentar junto do comprador que este mantivesse abertos os portões e que continuasse a lembrar-se da Misericórdia.

E aqui tens, leitor amigo, tudo quanto sei contar a respeito daquilo que foi uma das mais lindas propriedades de Sintra e que hoje, tristemente, em poder do Estado, está num abandono vergonhoso, tanto a quinta como o palácio, não faltando neste, perfurando os lindos trabalhos de estuque, pregos enormes, certamente para os trabalhadores (poucos) que por ali-ainda fazem alguma coisa dependurarem as suas roupas.

Tem esta história, como vêem, um final muito triste. Mas a história tem que ser feita com verdade. E, neste caso, não temo qualquer desmentido.

É uma vergonha?

Mas é mesmo assim!...

#### **NOTA FINAL**

Na obra A Arte em Portugal no Século XIX (Livraria Bertrand, Lisboa, 1966, volume I, pp. 372-373, volume II, p. 406), o Professor Doutor José-Augusto França refere-se com rigor crítico ao novo palácio de Monserrate e ao seu arquitecto, o famoso vitoriano James Knowles Jr.: «o seu programa seguiu um outro rumo romântico, o do orientalismo, já anunciado na Pena, que, entre o 'medieval' e o 'oriental' e o 'neomanuelino' constituíra saborosa charneira». O espírito romântico-orientalista de Monserrate, acrescenta, «define-se por nítidas raízes inglesas, que podem ser procuradas no famoso pavilhão de Brighton, de Nash, construído por 1815 e 1823».

Ainda segundo o mesmo especialista da arquitectura portuguesa do século XIX, «desenhos de Knowles Senior para Monserrate, datados de 1858, estão em poder da familia Cook, em Inglaterra. Miss Priscilla Metcalf, que prepara em Londres uma tese sobre a obra de Knowles Jr., forneceu-me informações que

me permitiram resolver o problema da atribuição de Monserrate».

José-Augusto França, cotejando o palácio português com o pavilhão de Brighton, nota com pertinência que «a grande torre circular, fulcro da composição de Monserrate, vem possivelmente do palácio inglês, embora os quarenta anos que o distanciam do risco de Nash permitam ao palácio de Cook-Knowles um sentido cenográfico algo diferente, apoiado numa maior riqueza de pormenores arqueológicos». A terminar a sua análise, o mesmo especialista ressalva que «Monserrate, por via inglesa, vem da arquitectura mogol que nos dera nos finais de Setecentos o famoso mausoléu de Asoph, e nisso ela se afasta das fontes que Portugal mais naturalmente poderia ter buscado, na vizinha andaluza».